

19\01\2012

[Aeroportos brasileiros receberam 79 milhões de passageiros em 2011](#)

[Protestos contra construção do Porto de Açu se intensificam](#)

[Governo pode licitar 77 terminais portuários até 2013](#)

[Emissão de licenças ambientais cresceu 32% em 2011, diz o Ibama](#)

[ANTT prevê licitação do trem-bala em outubro](#)

[Alinhado com o governo, BNDES reduz empréstimos](#)

[Santander cria empresa com ativos de R\\$ 2,1 bi](#)

[Inflação na construção civil sobe 7,83% em 12 meses](#)

[Leilão de três aeroportos poderá ser adiado](#)

[Participação indevida da CEA em leilão emperra instalação de eólicas](#)

**Valor Online**  
**19 de janeiro**

## **Aeroportos brasileiros receberam 79 milhões de passageiros em 2011**

Por **Alberto Komatsu | Valor**

**SÃO PAULO** - O Ministério do Turismo informou nesta tarde que os aeroportos brasileiros registraram um volume recorde de 79 milhões de desembarques domésticos em 2011, o melhor desempenho dos últimos 13 anos. Esse fluxo representou um crescimento de 15,8% em relação aos 68,2 milhões de desembarques de 2010.

Apenas em dezembro foram apurados 7 milhões de desembarques, ante 6,5 milhões do mesmo mês de 2010, outro recorde. De acordo com o ministério, o setor de turismo tem impacto em cerca de 50 segmentos econômicos, respondendo por 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O volume de desembarques internacionais também foi recorde em 2011, com 9 milhões de movimentos, um crescimento de 13,9% diante dos 7,9 milhões de desembarques de estrangeiros no Brasil, em 2010. Segundo o ministério, é o melhor resultado desde 2000. Somente no mês de dezembro foram registrados 735,3 mil desembarques internacionais, o que representou uma expansão de 6,5% em comparação com os 689,8 mil de movimentos no mesmo período de 2010.

O maior fluxo de desembarques no país, sejam eles domésticos ou internacionais, ficou concentrado nos aeroportos de São Paulo (Congonhas e Guarulhos), Brasília, Rio de Janeiro (Santos Dumont e Galeão) e Confins, em Minas Gerais.

Considerando-se apenas os desembarques domésticos, os aeroportos que concentraram o maior movimento foram Guarulhos (8,8 milhões), Congonhas (8,3 milhões), Brasília (7,2 milhões), Galeão (5,3 milhões) e Santos Dumont (4,2 milhões).

*(Alberto Komatsu | Valor)*

[<inicio>](#)

**Valor Online**  
**19 de janeiro**

## **Protestos contra construção do Porto de Açu se intensificam**

Por **Marta Nogueira | Valor**

**SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)** - O interesse de empresas na instalação de grandes empreendimentos do Complexo Industrial do Porto do Açu, no município de São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro, pode ser abalado. A avaliação é da presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), Conceição Ribeiro.

De acordo com Conceição, as manifestações regionais contra os projetos passam por seu momento mais tenso e podem afugentar os planos de alguns empresários. O complexo tem ao todo 90 km<sup>2</sup> e um dos seus principais projetos é o Porto do Açu, da LLX, atualmente em construção.

Um dos maiores desafios da Codin tem sido coordenar as desapropriações das áreas onde será construído o distrito industrial, que tiveram início em 2010, em um total de 70 km<sup>2</sup>. Os proprietários e ex-proprietários não entendem por que devem deixar as residências e afirmam ser coagidos por funcionários de empresas, por seguranças contratados e pela própria polícia local.

A Codin e a LLX - empresa de logística do Grupo EBX, do empresário Eike Batista - confirmaram que pessoas invadiram uma área de 31 hectares que já havia sido desocupada na região do distrito, embora não tenham a exata dimensão da ocupação. Moradores locais afirmam que, durante o dia, 50 pessoas permanecem no local, número que aumenta para 150 à noite.

“A terra que cabe à Codin será vendida para a Ternium [siderúrgica ítalo-argentina, do grupo Techint]”, disse Conceição. Segundo ela, a própria Ternium tem avisado sobre a volta dos moradores para a região e tem pressionado a Codin para resolver a questão. Segundo a presidente, a Codin planeja que a área seja desocupada e vendida ainda no primeiro trimestre do ano, para que a empresa não desista de se estabelecer.

“As pessoas instaladas na região podem ser retiradas pela polícia, já que as áreas não pertencem mais a elas”, disse. “Mas a Codin ainda não decidiu como vai agir”. Já a LLX preferiu ir à Justiça e, na última sexta-feira, conseguiu uma liminar de reintegração de posse. No momento, a companhia aguarda a atuação de um oficial de Justiça.

No total, está prevista a desapropriação de 401 propriedades, das quais 151 na primeira fase, iniciada em outubro de 2010, em uma área de 23 km<sup>2</sup>, e 250 começarão no segundo semestre deste ano na área restante.

Por enquanto, apenas 16 famílias tiveram que ser reassentadas na Vila da Terra, área localizada próximo ao distrito que está sendo construída pela parceria entre a EBX e o Estado, além de outras empresas que irão se instalar no complexo. Além de receber o equivalente a R\$ 100 mil por alqueire, os proprietários terão direito a um auxílio-produção, de um a cinco salários mínimos, por dois anos. A coordenadora de projetos da Codin, Mariza Souza, explicou que a documentação dos proprietários dos terrenos é muito frágil e, para que eles não demorem a receber o valor da terra, a LLX tem entrado em contato com cada um e oferecido pagamento antecipado à liberação do valor, que é depositado pela Codin em juízo justamente por conta da fragilidade da documentação.

Os recursos da Codin só são liberados depois que todos os documentos relativos à posse da terra são regularizados. Dessa forma, a LLX passa a ser dona das terras e só recebe de volta o valor pago quando a documentação de posse é regularizada e o depósito da Codin é liberado.

Segundo Mariza, o governo do Estado, desde o início, tem agido da forma mais criteriosa possível no atendimento aos moradores. Antes de começar a desapropriação, foi aberto um escritório da Codin no município para o acompanhamento da desocupação e atendimento a toda a população local.

A moradora Leci Rangel de Souza Luiz, de 57 anos, que vive com o marido Armando em uma área que ainda não foi desapropriada, afirma que já sabe que será obrigada a sair de lá, mas não gostaria de ir para o local reservado pelo Estado. “Meu marido não concorda com isso, não”. Segundo Leci, Armando já teve uma terra desapropriada e faz parte das manifestações contra o distrito.

Conceição afirmou que as duas principais reivindicações dos proprietários e ex-proprietários, e que não puderam ser cumpridas, são a paralisação imediata da instalação do distrito industrial e que as terras fossem compradas não pelo valor de uma área rural, como são agora, e sim por valores de uma área industrial. “Eles [os proprietários] pediram um valor dez vezes maior pelo alqueire do que o que foi definido por decreto”, disse.

O Conselho Estadual de Direitos Humanos, ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e formado por órgãos públicos, como Ministério Público, Tribunal de Justiça, e organizações da sociedade civil, abriu uma investigação para avaliar as queixas dos moradores. A presidente do Conselho, Andrea Sepúlveda, afirmou que acredita que a forma como as desocupações foram feitas deveria ter sido debatida antes com a população e com a sociedade. Em visita à região, Andrea disse ter percebido o quanto as pessoas na região são ingênuas e incrédulas.

“O direito ao desenvolvimento econômico deve ser para todos. Todos devem usufruir, os pobres e os poderosos”, frisou Andrea. Nesta quinta-feira, o conselho vai realizar uma reunião ordinária para debater as informações levantadas durante a visita do conselho ao distrito, assim como as denúncias feitas pela população local.

O secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio Bueno, afirmou não ter sido procurado pelo Conselho. “Muito estranho que eles não tenham vindo falar comigo até agora. Cadê a lista dos problemas?”, questionou.

Bueno voltou a afirmar que as manifestações são incentivadas por políticos interessados nas eleições locais. Além disso, destacou que há movimentos contrários à industrialização, assim como proprietários interessados em receber mais pelo terreno. Em relação às queixas contra a própria desapropriação, Bueno explicou que o Estado está agindo dentro da lei.

“A democracia brasileira prevê a desapropriação”, disse. Questionado se a polícia estaria coagindo os moradores locais, Bueno afirmou que “a polícia é um instrumento do Estado democrático de direito, de ordem” e que está agindo onde é preciso.

A OSX – empresa do setor naval do grupo EBX - também está se instalando no local. A Codin prevê que até 2013, mais três empresas se instalem no distrito: NK, Tecnip e Intermoor. Segundo o diretor de implantação da LLX, Luis Barone, todo o complexo deverá receber um total de US\$ 40 bilhões em investimentos até 2025.

*(Marta Nogueira | Valor)*

[<inicio>](#)

**Valor Online**  
**19 de janeiro**

**Governo pode licitar 77 terminais portuários até 2013**



Wilén Manteli, presidente da ABTP, que defende a prorrogação das concessões dos 77 terminais portuários

O governo decidiu que 77 terminais portuários hoje operados pelo setor privado - e cuja concessão é anterior a 1993 - devem ser licitados. A decisão impõe a adoção de um ritmo acelerado para garantir as novas concessões, pois elas vencem até 2013 e representam quase um quarto das 326 instalações portuárias arrendadas no país. A definição do governo - adotada em reunião da Casa Civil, ministérios dos Transportes, da Fazenda e do Planejamento, e Secretaria dos Portos - contraria posição da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que quer a renovação das concessões.

Parecer da Advocacia-Geral da União de julho de 2011 admite que os contratos celebrados antes da Lei dos Portos (8.630/93) sejam prorrogados pelo prazo máximo igual ao originalmente pactuado, como forma de adequá-los à lei e mitigar as diferenças em relação aos firmados depois dela. A possibilidade do aditivo só vale para as concessões ainda vigentes e cujos contratos tenham cláusula permitindo a renovação. Com base no parecer da AGU, a Antaq chegou a elaborar uma minuta de resolução para regular as prorrogações, mas no fim de 2011 o texto da agência, ao qual o **Valor** teve acesso, esbarrou na Casa Civil, que determinou a realização de novos leilões.

O governo terá de agir contra o relógio para leiloar as 77 instalações que vencem no espaço de um ano. Nos últimos 11 anos, apenas cinco terminais foram licitados, segundo levantamento da Antaq.

A decisão por novas licitações contraria o interesse dos atuais administradores desses terminais. "Se não sair uma regulação da Antaq, podemos nos valer do parecer da AGU para buscar soluções. O problema é que não queremos levar a questão para a justiça, como tem ocorrido no setor portuário", afirma o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilén Manteli.

De acordo com ele, a licitação levaria no mínimo cinco anos. "Se isso prevalecer, haverá um sucateamento dos terminais porque ninguém vai investir sem a previsão de que os contratos serão renovados", diz Manteli. De acordo com a ABTP, os terminais das empresas associadas a ela e cuja concessão vence em 2013 têm planos de investimento que somam R\$ 3 bilhões.

Publicada em 1993, a Lei dos Portos instituiu a necessidade de licitação para a operação portuária e limitou o tempo de concessão em até 50 anos (25 mais 25). Até então, os arrendamentos portuários eram feitos sem concorrência pública e podiam ser sucessivamente renovados. A nova regra introduziu uma série de critérios, como a movimentação mínima de carga e indicadores de serviço, e determinou que os contratos antigos fossem adaptados a ela no prazo de 180 dias, por meio da incorporação das novas cláusulas. Entre essas, estava a possibilidade de prorrogação por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado. O governo, contudo, não conseguiu adaptar todos os contratos no período.

Apesar de afirmar que a licitação "é pedra de toque para a Administração", o parecer da AGU pondera que existem "hipóteses carregadas pelo signo da excepcionalidade", o que justificaria a renovação sem nova concorrência pública. Diz o texto: "Não se está tratando de mera outorga de novo serviço público sem o concurso licitatório, mas de readequação, à luz de quadros constitucional e legal supervenientes, das explorações de instalações portuárias que se encontravam válidas sob o regime anterior".

Para Mauro Salgado, diretor comercial da Santos Brasil, principal operadora de terminais de contêineres e logística do país, a adequação é legítima. "O parecer da AGU dá respaldo para que a Antaq publique a resolução. Nossa posição é que de fato essa adequação tem de ser feita, porque investimento em instalação portuária é de longo prazo". A empresa tem uma instalação de armazenagem de contêineres nessa situação, em Santos.

Procurada, a Antaq disse que está revendo o assunto em âmbito de diretoria. A Casa Civil afirmou que no encontro do final de 2011 a AGU posicionou-se a favor de realizar licitações, no que foi acompanhada pelos demais participantes. A Secretaria de Portos (SEP), por sua vez, informou por meio de sua assessoria que uma resolução da Antaq de 2005 autoriza a prorrogação emergencial dos contratos de arrendamentos firmados antes da Lei de 1993 pelo prazo máximo de três anos, enquanto se conclui a

licitação. Com isso, o prazo de 2013 poderia ser estendido, no entender da SEP, mas não pelo mesmo período do contrato original, como queria a Antaq.

[<inicio>](#)

**Valor Online**  
**19 de janeiro**

### **Emissão de licenças ambientais cresceu 32% em 2011, diz o Ibama**

**Por Rafael Bitencourt | Valor**

**BRASÍLIA** – O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) destacou nesta quarta-feira os avanços obtidos no processo de licenciamento dos projetos de infraestrutura no país. Em nota, o órgão ambiental informou que houve aumento expressivo de 32% do número de licenças ambientais emitidas em 2011, em relação ao ano anterior – a média de licenças emitidas saltou de 1,9 para 2,5 por dia útil entre 2010 e 2011.

O instituto ressaltou que o aumento da liberação de empreendimentos se deu ao mesmo tempo em que a demanda por análise de processos foi ampliada. Em dezembro de 2011, o instituto registrou 1.719 processos de licenciamentos em diferentes estágios de análises, o que corresponde a uma variação de 13% em relação a 2010.

“Além do aumento de produtividade e de demandas, o ano passado foi marcado por uma qualificação excepcional do processo de licenciamento ambiental federal, a qual engloba capacitação dos analistas ambientais e regras mais claras”, informou o órgão.

De acordo com o instituto, os números de 2011 apontam para a emissão de 624 licenças ambientais; realização de 20 audiências públicas; produção de 2.392 documentos técnicos; indeferimento de quatro pedidos de instalação de empreendimentos; e devolução de dez estudos ambientais.

O órgão ambiental também ressaltou que o segmento contemplado com o maior aumento de licenças liberadas foi o de transmissão de energia elétrica, que contou com um salto de 77% em relação ao ano anterior. Em 2011, foram emitidas 89 licenças para o setor geração, de empreendimentos que somam a potência de 13 mil megawatts (MW).

A expectativa do Ibama é obter maior ganho de eficiência na análise dos pedidos de licença ambiental, tendo em vista os desafios do setor infraestrutura para os próximos anos. A nota divulgada pelo órgão cita que, até 2020, a rede de transmissão deverá ser ampliada em 42,5 mil quilômetros e a capacidade de geração hidrelétrica expandida em 33,3 mil MW. Em logística, o país contará com a adição de 12,8 mil quilômetros de ferrovias e mais oito mil quilômetros de rodovias até 2015.

A previsão para o setor de petróleo e gás inclui os planos do governo e da Petrobras com o início da exploração, em larga escala, dos poços da camada pré-sal. Até 2020, é esperado aumento de 226% da produção de petróleo, passando de 2,3 milhões para 5,7 milhões de barris por dia.

*(Rafael Bitencourt | Valor)*

[<inicio>](#)

**Valor Online**  
**19 de janeiro**

### **ANTT prevê licitação do trem-bala em outubro**

**Por De São Paulo**

O governo federal deve discutir internamente os últimos detalhes da nova modelagem do edital do trem de alta velocidade (TAV) ainda neste mês e fazer o primeiro leilão do projeto até outubro. A declaração foi dada ontem pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, em entrevista a jornalistas depois do leilão de concessão da BR-101, que ocorreu na BM&FBovespa, em São Paulo.

Segundo ele, a intenção inicial era que a discussão da modelagem das regras fosse feita ainda no ano passado, mas acabou não acontecendo. Agora, o cronograma do governo é lançar o edital para audiência pública em fevereiro e realizar o leilão seis meses depois, até outubro.

O primeiro leilão do TAV ocorreu em julho do ano passado e não teve interessados. Com a nova modelagem, o governo espera que a iniciativa privada veja viabilidade no projeto. A partir de conversas com interessados no fornecimento da tecnologia e no arrendamento da infraestrutura ferroviária, que

serão objetos do leilão, o governo identificou a necessidade de definir três questões: o risco cambial, a garantia de demanda mínima e a forma de compensar o futuro concessionário por atrasos na obra por motivos alheios à sua vontade. O BNDES já foi autorizado a conceder empréstimo de até R\$ 20 bilhões ao concessionário.

A ANTT identifica pelo menos quatro grupos interessados no projeto. Em entrevista ao **Valor**, em dezembro, o presidente da CCR, Renato Vale, afirmou haver interesse do grupo no projeto. "Até agora, não tínhamos nos interessado. Mas tem uma terceira modelagem [do edital] que parece interessante. Então agora vamos estudar", disse na época. **(FP)**

[<inicio>](#)

## **Folha de São Paulo** **19 de janeiro**

### **Alinhado com o governo, BNDES reduz empréstimos**

O BNDES reduziu os empréstimos em 2011 e deve continuar pisando no freio neste ano, de acordo com o presidente do banco, Luciano Coutinho. Assim, o banco está alinhado com o governo, que tenta não estimular a economia.

Em 2011, os desembolsos do banco estatal somaram R\$ 139,7 bilhões. O valor representa 17% menos do que em 2010 (R\$ 168,4 bilhões).

O BNDES deu mais destaque ao setor de infraestrutura. Os financiamentos cresceram 7% (R\$ 56,1 bilhões).

Para Coutinho, o desempenho geral da instituição ficou no mesmo patamar de 2010, se descontado o efeito da participação de R\$ 24,7 bilhões na capitalização da Petrobras naquele ano. Excluído esse aporte, os desembolsos de 2011 caíram 3%.

[<inicio>](#)

## **Jornal O Estado de São Paulo** **19 de janeiro**

### **Santander cria empresa com ativos de R\$ 2,1 bi**

Nova gestora de fundos de private equity vai investir em empresas de infraestrutura

ALTAMIRO SILVA JÚNIOR - O Estado de S.Paulo

O Santander Brasil anuncia hoje a criação de uma empresa independente de fundos de private equity - carteiras que comprem participação em companhias. Com R\$ 2,1 bilhões sob gestão, o foco é fazer investimento nos setores de infraestrutura (como geração e transmissão de energia, rodovias, portos e aeroportos) e óleo e gás.

A gestora recebeu o nome de Mantiq Investimentos, em alusão à Serra da Mantiqueira, que fica entre os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio. Ela será 100% controlada pelo Santander Brasil.

A Mantiq, segundo seu gestor Marcos Matioli, quer ter "participação relevante" no capital das empresas que investir. Também quer participar da gestão dos negócios e da decisão dos rumos da companhia, seja tendo um membro no conselho de administração, seja indicando executivos para a empresa.

A gestora vai absorver os fundos de private equity que o Santander administrava e que agora terão gestão separada. O banco cuidava até agora de três carteiras, todas voltadas para o setor de infraestrutura e energias limpas. O InfraBrasil Fundo de Investimentos em Participações, o FIP Caixa Ambiental e o FIP Brasil Petróleo I, recém-criado pelo banco em parceria com a Mare Investimentos - gestora que tem como sócio Rodolfo Landim, ex-presidente da OGX e da BR Distribuidora.

Outro sócio é Demian Fiocca, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Nossa Caixa.

O banco e a Mare estão criando agora o FIP Brasil Petróleo II. Os dois fundos terão patrimônio de R\$ 1 bilhão. "Queríamos nos associar a alguém com experiência no setor de petróleo, por isso procuramos a Mare", diz Matioli. Para ele, oportunidades de investimento, tanto em petróleo como em infraestrutura, não vão faltar nos próximos anos.

"O Brasil tem uma agenda de investimentos de aproximadamente R\$ 1 trilhão até 2016, concentrados nesses dois segmentos, que são o nosso foco. Temos ótimas perspectivas de negócios para os próximos anos", afirma Matioli.

A Mantiq tem como gestores, além de Matioli, Geoffrey Cleaver, Gustavo Peixoto e Carlos Correa. Os executivos do Santander ligados à área foram transferidos para a nova empresa.

Eles vão responder a um conselho de administração, composto de dois representantes do Santander e dois da Mantiq.

A separação das unidades de private equity das operações dos bancos é uma tendência mundial. Recentemente, o inglês HSBC fez o mesmo movimento. Segundo Matioli, isso é uma forma de evitar conflitos de interesse já que a área cuida de recursos de terceiros, e aumentar a transparência dos negócios.

A Mantiq, além da separação societária, terá escritório separado das unidades do banco espanhol. Competição maior. Com o boom de investimentos previstos para o Brasil nos próximos anos, Matioli diz que a competição entre os fundos para encontrar boas empresas é maior. Porém, como o Santander é focado em segmentos específicos, como infraestrutura e energia limpa, as próprias empresas desses segmentos é que têm procurado o banco atrás de recursos.

Segundo ele, a Mantiq nasce avaliando várias companhias para investir, mas, como estão em fase de negociação, ele prefere não citar nomes.

Com o crescimento da economia, o Brasil passou a atrair gestoras estrangeiras de fundos de private equity interessadas em obter alta rentabilidade aplicando em setores como infraestrutura, tecnologia e varejo. Entre eles, estão a gestora inglesa 3i e o fundo americano 57 Stars.

[<inicio>](#)

## **Jornal O Estado de São Paulo** **19 de janeiro**

### **Inflação na construção civil sobe 7,83% em 12 meses**

ALESSANDRA SARAIVA - Agencia Estado

RIO - Na construção civil, a inflação no setor medida pelo INCC-M acumula aumento de 7,83% em 12 meses, até a segunda prévia do IGP-M de janeiro, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A aceleração na taxa do INCC-M, de dezembro para janeiro (de 0,43% para 0,60%) foi influenciada por mão de obra mais cara (de 0,65% para 0,86%); e aceleração de preços em materiais, equipamentos e serviços (de 0,22% para 0,35%) no mesmo período.

Entre os produtos pesquisados, as mais expressivas altas de preço na construção civil, na segunda prévia de janeiro, foram registradas em ajudante especializado (1,19%); servente (0,80%); e projetos (1,51%). Já as mais expressivas quedas de preços foram registradas em perna 3x3/estronca de 3ª (-1,23%); condutores elétricos (-0,44%); e vergalhões e arames de aço ao carbono (-0,03%).

[<inicio>](#)

## **O Globo** **19 de janeiro**

### **Leilão de três aeroportos poderá ser adiado**

Autor(es): agência o globo:Geraldina Doca

Segundo fonte,TCU teria apontado inconsistências no edital de privatização de Guarulhos, Viracopos e Brasília

BRASÍLIA. O governo corre o risco de adiar o leilão dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos (Campinas), marcado para o dia 6 de fevereiro, em São Paulo, e esperado com grande expectativa pelo setor privado. A mudança no prazo pode ocorrer porque o Tribunal de Contas da União (TCU) viu "várias inconsistências" no edital, conforme relatou uma fonte, que poderiam prejudicar a formulação das propostas e restringir a concorrência.

Segundo a fonte, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) terá que fazer as correções determinadas pelo Tribunal e publicar um novo edital, o que resultará na reabertura do prazo. Pela lei de licitações, o leilão só pode ser realizado 45 dias após sua publicação.

Também pesam inúmeras dúvidas do setor privado sobre os editais. A Anac recebeu em torno de 1.100 questionamentos e ainda não conseguiu publicar a ata com as perguntas e as respostas. Terminou no último dia 13 o prazo para pedir esclarecimentos ao órgão regulador.

Oficialmente, o TCU evita comentar os problemas do documento, alegando se tratar de um tema polêmico. Há ainda a preocupação do Tribunal de não ser responsabilizado pelo adiamento do leilão, diante da necessidade urgente de ampliar a infraestrutura aeroportuária, tendo em vista os eventos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas, em 2016.

Secretaria confirma leilão  
no dia 6 de fevereiro

O assunto foi discutido em reunião anteontem no TCU, com representantes do Executivo. O ministro relator do processo, Aroldo Cedraz, disse ao GLOBO que pretende colocar o assunto em votação na pauta do plenário da Casa uma semana antes do prazo previsto (dia 6 de fevereiro).

A aprovação do edital definitivo pelo TCU é uma exigência para que o governo siga em frente com o processo de privatização dos três aeroportos. O aval dado em dezembro às concessões tratou apenas da modelagem econômica e financeira (lances mínimos e prazo da concessão).

Segundo fontes, um dos pontos colocados pelo TCU diz respeito à entrada das companhias aéreas na disputa, principalmente aquelas que têm participação em empresas administradoras de aeroportos no exterior. O texto permite às empresas participarem da concorrência com até 2% do capital. O TCU entende que, da forma como está redigido, o texto permite uma participação maior das empresas aéreas. Uma alta fonte do Tribunal confirmou que esse percentual está sendo recalculado e será alterado.

A preocupação do governo em fixar um percentual mínimo foi evitar conflito de interesses. Na minuta do edital, era permitido apenas 1%, mas o Executivo fez uma pequena elevação, porque poderia deixar de fora administradores importantes, como a alemã Fraport.

A Secretaria de Aviação Civil (SAC) informou ontem que o leilão está mantido para o próximo dia.6. Fontes do setor se queixaram da exigência que obriga o novo administrador aeroportuário ser sócio do consórcio vencedor (em até 10%) e ter experiência em pelo menos cinco milhões de passageiros. Para essas fontes, isso vai restringir a concorrência no leilão, pois somente a Infraero preenche esse requisito. Guarulhos, um dos mais rentáveis da rede da Infraero, é o aeroporto que desperta o maior apetite do setor privado, seguido de Brasília. Viracopos, por sua vez, precisa de pesados investimentos e de tempo para receber voos de outros terminais.

[<inicio>](#)

**Valor Online**  
**19 de janeiro**

## Participação indevida da CEA em leilão emperra instalação de eólicas

Por **Josette Goulart** | De São Paulo



Élbina, presidente da ABEEólica, está confiante na solução do impasse: "O ministério (de Energia) e a Aneel estão empenhados em resolver o problema"

A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) está há quase uma década sem reajustar suas tarifas porque não pagou pela energia que comprou da Eletrobras e tampouco honrou com encargos do sistema exigidos pelo governo federal. A empresa sequer tem concessão para operar, e consequentemente, para comprar energia. Mesmo assim, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) permitiram que a distribuidora comprasse quase 200 megawatts médios em leilões desde 2010, em um contrato de R\$ 4,6 bilhões. O resultado desse imbróglgio é que, sem poder assinar os contratos com a CEA, os empreendedores eólicos que venderam os megawatts não conseguem aprovar os projetos de financiamento para erguer seus parques.

As consequências não param por aí. Para resolver o problema para os empreendedores, a Aneel estuda redistribuir os contratos com as outras distribuidoras que participaram do leilão. Mas essas distribuidoras não precisam dessa energia, a partir de 2013, e com isso podem ver seus índices de compra de energia extrapolarem os níveis permitidos pela própria Aneel. Para que essas distribuidoras não percam dinheiro, por um erro que não foi delas, o problema pode acabar indo parar mesmo é na conta do consumidor. A Aneel e o Ministério de Minas e Energia não quiseram falar sobre o assunto. Por meio de nota, o MME, entretanto, jogou toda a responsabilidade para a agência reguladora. Segundo informou o ministério, as distribuidoras que participam dos leilões de compra de energia elétrica, promovidos pela Aneel, são aquelas que declaram suas necessidades (de energia elétrica) para atendimento dos seus consumidores, conforme determina a legislação. "Portanto, não é atribuição do Ministério de Minas e Energia, mas da Agência Nacional de Energia Elétrica, 'deixar' ou não empresas participarem de leilões de energia elétrica. No caso em referência (da CEA), o ministério já solicitou à Aneel providências, em carta do dia 27 de dezembro de 2011".

O maior problema se deu no Leilão de Fontes Alternativas (LFA) realizado em 2010 em que a CEA comprou 26% de toda a energia vendida. Esse volume foi correspondente a quase 300 MW de capacidade instalada de parques eólicos e requerem mais de R\$ 500 milhões, somente em financiamentos, para serem viabilizados. Apesar de ser uma distribuidora pequena, toda essa quantidade de energia foi adquirida porque o planejamento prevê que a partir de 2013 o Amapá seja interligado ao sistema nacional e, portanto, não precisará mais usar energia de termelétricas. Esse foi o motivo de a empresa ter sido uma das maiores compradoras do leilão. Mas mesmo que fosse adimplente e os contratos fossem assinados, as linhas de transmissão que vão ligar a região ao sistema só devem ficar pronta no fim de 2013, ou seja, os parques eólicos vão gerar sem necessidade.

A presidente da Associação de Energia Eólica (ABEEólica), Élbina Melo, diz que ao todo serão nove os empreendedores afetados. Juntos eles venderam 1.144 MW em capacidade instalada e vão investir R\$ 3 bilhões para que os parques entrem em operação. Desse total, cerca de 70% é financiado, principalmente pelo BNDES. Mas a parte que cabe à CEA não pode ser coberta por garantias e portanto não é aceita pelo banco. "Mesmo que a empresa tivesse a concessão e pudesse assinar os contratos, dificilmente um banco aceitaria esse recebível já que se trata de um crédito podre", diz Élbina. "Mas o ministério e a Aneel estão empenhados em resolver o problema".

O problema só foi detectado em outubro, mas os parques precisam estar pronto para operar em janeiro de 2013, ou seja, têm menos de um ano para ficarem prontos. Mesmo após detectado o problema, a CEA ainda participou de mais um leilão. A empresa comprou cerca de 2% da energia vendida no leilão de longo prazo, conhecido como A-5 (lê-se A menos cinco em referência ao prazo de construção dos empreendimentos), que aconteceu em dezembro. No caso do A-5, entretanto, o problema será menor porque a quantidade de energia adquirida é bem inferior.